

## APRESENTAÇÃO

Para este Número 59 da Revista *História & Perspectivas*, temos a composição do Dossiê *Documentos e Abordagens* e uma seção de artigos com diferentes temáticas.

Em torno da temática do dossiê, a Revista reuniu artigos de pesquisadores que se debruçaram sobre registros sociais de naturezas, formatos e historicidades distintas para o desenvolvimento de suas investigações. São trabalhos que partem de objetivos diversos, reúnem diferentes instrumentos de análise e abordam variadas dimensões da vida social.

Dessa forma, nos deparamos com práticas investigativas que trabalham conjuntos documentais em amplos horizontes: literatura; literatura de viagem; escritos memorialistas; estudos de história econômica; processos criminais; falas de mulheres materializadas em fontes orais; etnografia e coleta de narrativas em campo; processo de reconhecimento e certificação de comunidades quilombolas; registros de passaporte de imigrantes; livros de registro de habilitações consulares; recenseamento de população; correspondência diplomática; relatórios provinciais. Registros da vida social de espaços, tempos e sujeitos sociais diversos apropriados pela prática investigativa de autores e autoras que compõem este número.

Autoras e autores trazem em comum o engajamento na construção de suas problemáticas em articulação com o levantamento e o questionamento de documentos que tomam como fonte para o processo de conhecimento; e, sobretudo, trazem em comum o fato de evidenciarem às leitoras e aos leitores os percursos dialógicos do trato com suas fontes.

O primeiro artigo, de Amilcar Torrão Filho, dedica-se a rever imagens criadas pela literatura de viagem sobre a mulher luso-brasileira, produzida por viajantes europeus no Brasil entre os séculos XVIII e XIX, para revisitar mitos, como a “ausência de mulheres nos espaços públicos, o ciúme ‘oriental’ de seus pais e maridos, o desleixo das mulheres brancas e a sensualidade das negras e mulatas”.

O segundo, de Cristina Donza Cancela e Luiz Guimarães, analisa a imigração portuguesa em Belém, capital do estado do Pará, ao longo do século XIX, com base em registros de passaporte de imigrantes, livros de registro de habilitações consulares, recenseamento de população, correspondência diplomática, para articular questões em torno do fluxo migratório e de constituição de redes de sociabilidade pautada pela moradia, pelo trabalho e por associações de imigrantes.

O terceiro, de Renan Albuquerque e Georgio Ítalo Ferreira, direcionam-se à abordagem etnográfica do uso de coleta de narrativas em campo, para destacar o movimento de autodeclaração dos comunitários Quilombo do Matupiri, no município de Barreirinha, Amazonas – conceitualmente chamado de etnogênese – enquanto caminho que fomentou a recriação de novos processos de territorialização da região, imbricado ao caminho de afirmação de quilombolas e de fortalecimento de laços afetivos e de pertencimento à terra.

Flavia Maria Morais Lazzaretti e Júlio Eduardo Rohenkohl analisam estudos de história econômica materializados, notadamente nas principais obras de Georg Friedrich List, ocupando-se de efetuar uma comparação entre as descrições e interpretações de diferentes historiadores econômicos a respeito da trajetória de desenvolvimento de países como Inglaterra, Alemanha e Estados Unidos da América, do século XVIII a meados do século XIX.

Luciana Rosar Fornazari Klanovicz e Fernanda de Araújo Bugai partem da fala de quatro mulheres apenadas no interior do estado do Paraná, considerando a história do sistema prisional no Brasil, para abordar as implicações de gênero do encarceramento feminino no bojo da análise das prerrogativas jurídico-legais do ordenamento jurídico nacional.

As representações do sertão e das mulheres em *O Quinze*, de Rachel de Queiroz, são discutidas por Régia Agostinho, que percorre o romance para identificar permanências e

rupturas, tradições e modernidades no processo de construção de personagens, relações e espaço na escrita literária.

Problematizar o modo como escravos se apropriaram “de um enunciado sobre o trabalho livre veiculado por um jornal liberal, transformando-o num argumento de autoridade para contestarem os abusos de seus senhores e reivindicarem a sua alforria” foi o trabalho de Carlos Eugênio Soares de Lemos e Rafaela Machado Ribeiro. Articulando um conjunto de fontes textuais, como auto de perguntas, jornais, relatórios e inventários, basearam-se “numa abordagem que considera o escravo como sujeito histórico para analisar disputas de sentido sobre o significado de uma suposta ‘insurreição’” em Campos dos Goytacazes, província do Rio de Janeiro, no período de crise do escravismo ao final do século XIX.

Na segunda seção deste número, consta um conjunto de quatro artigos.

Raquel Varela desenvolve uma reflexão acerca dos princípios acontecimentos da II Guerra Mundial e da Resistência recordando os campos de concentração nazistas como campos de trabalho forçado no período entre 1939 e 1945, como centro do projeto do Estado nazista e inseridos na cadeia produtiva de empresas da indústria alemã.

Patrícia Nasser de Carvalho estuda as relações entre a crise alimentar e humanitária vivida pela Europa no pós-Segunda Guerra e as ações dos Estados europeus para superá-la e para garantir sua segurança alimentar. Aborda as decisões das nações europeias com vistas a proteger e estimular a modernização do campo por meio de políticas públicas e promover mudanças estruturais nos processos de produção e de distribuição de bens agrícolas.

Danilo Ferreira da Fonseca constrói um estudo de caso a partir do documento produzido pela Tribunal Penal Internacional para Ruanda para “refletir acerca do lugar que os políticos ruandeses vinculados às pequenas administrações locais, principalmente as comunas, possuíram frente à organização e execução do genocídio de Ruanda em 1994”.

Henrique Antonio Ré “explora as cartas sobre a escravidão brasileira do abolicionista norte-americano James Redpath, e dois textos apresentados por agentes brasileiros na Conferência Antiescravista de Paris” para demonstrar os cruzamentos entre o contexto do reordenamento das posições antiescravistas no mundo atlântico, a escravidão no Brasil e outros interesses em disputa nas relações internacionais na década de 1860, que denomina de década antiescravista.

Desejamos a todas e a todos uma boa leitura e agradecemos às pesquisadoras e aos pesquisadores que colaboraram com a Revista *História & Perspectivas*.

*O Conselho Editorial*